

NOTÍCIAS DA ALEMANHA: OS LIMITES DA *REALPOLITIK*

Sabemos como a *realpolitik* tem prevalecido nas relações entre a União Europeia e os seus Estados-membro, e Marrocos, no que diz respeito aos direitos do povo do Sahara Ocidental. Mas há limites e eles estão a emergir.

Uma deputada alemã, Katja Keul, do partido “Os Verdes”, pediu um parecer sobre a questão do Sahara Ocidental aos serviços jurídicos do parlamento nacional (*Bundestag*). O relatório tem a data de Março de 2019, mas só agora, um ano depois, foi dado a conhecer. Intitulado “Aspectos do Direito Internacional ligados ao conflito do Sahara Ocidental”, o documento faz uma revisão das decisões e resoluções de diversas instâncias internacionais desde 1975 (ano da ocupação marroquina, com o beneplácito do Estado espanhol, potência colonial e administrante do território), à luz dos princípios do Direito Internacional, e chega a duas conclusões fundamentais: o Reino de Marrocos é a «potência ocupante», e cometeu «violações substanciais» da Quarta Convenção de Genebra de 1949, incorrendo em «crimes de guerra».



Fig. 1: Limites à *realpolitik*

Qual a importância destas conclusões? Ambas têm consequências quanto ao quadro em que deve ser negociado o futuro da antiga colónia espanhola, e quanto ao tipo de soluções admissíveis nesse quadro. Também têm implicações em vários campos no presente: por exemplo, no repovoamento do território com populações marroquinas, na exploração e comercialização dos recursos naturais do Sahara Ocidental ocupado e na transferência de prisioneiros saharauís para cadeias marroquinas.

Marrocos ocupou e anexou a maior parte do Sahara Ocidental, considerando-a como integrando o reino desde então. Até agora, nenhum país no mundo reconheceu oficialmente esta situação. Para tentar ultrapassar a condenação da comunidade internacional, vários aliados da monarquia alauíta têm designado Marrocos como “potência administrante” ou “potência administrante *de facto*”. O relatório alemão reitera que a segunda hipótese é inexistente no Direito Internacional e que Espanha nunca transferiu a sua soberania sobre o território, nem os Acordos de Madrid (que não são considerados juridicamente válidos¹) «afectaram o estatuto internacional do Sahara Ocidental como território-não autónomo». Apoiando-se sobre vários estudos e decisões anteriores, o relatório conclui que Marrocos é a «potência ocupante» do Sahara Ocidental.

¹ A Audiência Nacional de Espanha reconheceu em 2014 que Espanha mantém o estatuto *de jure* de «Potência Administrante do território», assim como as responsabilidades daí decorrentes, «até que seja finalizado o período de descolonização (...) entre elas dar protecção, inclusivamente jurisdicional, aos seus cidadãos [do Sahara Ocidental], contra todo o abuso (...)». (AAN 256/2014, de 4 de Julho).

A segunda constatação diz respeito às “violações substanciais” da **IV Convenção de Genebra**. Está em causa o artigo 49 (parágrafo 6), inserido na Secção III, “Territórios Ocupados” que diz: «A Potência ocupante não poderá proceder à deportação ou à transferência de uma parte da sua própria população civil para o território por ela ocupado». Em consequência, o documento cita o artigo 85 (parágrafo 4) do I Protocolo Adicional à Convenção, datado de 1977, que considera que «graves violações destes instrumentos [Convenções de Genebra e I Protocolo Adicional] devem ser consideradas como crimes de guerra»; ora no mesmo artigo (parágrafo 4, alínea a) considera-se como grave violação dos mesmos instrumentos «a transferência pela Potência ocupante de parte da sua própria população civil para o território que ocupa, ou a deportação ou transferência de toda ou parte da população do território ocupado, dentro ou para fora deste território, em violação do Artigo 49 da Quarta Convenção.»

O relatório refere ainda que à luz dos Estatutos de Roma do Tribunal Penal Internacional (que, de acordo com o respectivo Artigo 8, nº 2, «tem competência para julgar os crimes de guerra, em particular quando cometidos como parte integrante de um plano ou de uma política ou como parte de uma prática em larga escala desse tipo de crimes»), na definição do que «se entende como “crimes de guerra”» (Artigo 85) se inclui «(viii) A transferência, directa ou indirecta, por uma potência ocupante de parte da sua população civil para o território que ocupa ou a deportação ou transferência da totalidade ou de parte da população do território ocupado, dentro ou para fora desse território.»²

No entanto, a possibilidade de julgamento da responsabilidade criminal individual de quem tomou as decisões políticas em causa só pode ser considerada se o Estatuto de Roma for reconhecido pelo país infractor. Não certamente por acaso, Marrocos assinou o Estatuto em 2000 mas nunca o ratificou...

Política de repovoamento

Nos últimos dias os e as activistas saharauís têm notado a chegada a Dakhla, no território ocupado, de filas de camiões cheios de novos emigrantes marroquinos, para trabalharem no sector das pescas. Para além da persistente pilhagem dos seus recursos naturais, para além da continuação da política que os exclui dos postos de trabalho existentes na sua própria terra, agora afligem-se com mais uma preocupação: estes trabalhadores podem ser portadores de COVID-19, disseminando-a à sua volta.

A política que o relatório do *Bundestag* veio reafirmar como constituindo um “crime de guerra” não é nova, data do primeiro dia da ocupação, e tem-se desenvolvido consistentemente como forma de tornar o povo saharauí uma minoria no seu país, criando mais um obstáculo relevante ao processo de autodeterminação.

O **relatório do Departamento de Estado norte-americano de 2019** sobre os Direitos Humanos no Sahara Ocidental exemplifica: «Como um incentivo à sua deslocação para o território, os trabalhadores do sector formal ganharam mais 85% do que os seus colegas no território internacionalmente reconhecido como Marrocos. O governo também forneceu subsídios aos combustíveis e isentou os trabalhadores de impostos sobre o rendimento e sobre o valor agregado.»

Exploração dos recursos naturais

Do ponto de vista do Direito Internacional é, pois, muito claro que no caso do Sahara Ocidental, enquanto território não-autónomo, pendente de um efectivo processo de descolonização, a potência ocupante está proibida de dispor dos respectivos recursos naturais.

Uma boa formulação deste princípio encontra-se num **documento da União Africana**, publicado em

² http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/estatuto_roma_tpi.pdf.

2015. Depois de passar em revista toda a legislação internacional, no ponto 57, afirma: «Consequentemente, Marrocos não tem o direito legal, no quadro da Carta da ONU e do direito internacional, de ocupar ou governar o Território do Sahara Ocidental. (...). Marrocos não tem o direito de explorar nem de utilizar nenhum recurso natural, renovável ou não-renovável, localizado no território ocupado do Sahara Ocidental ou de entrar em acordo com qualquer terceira parte em relação a estes recursos.». No ponto seguinte, acrescenta: «Adicionalmente, qualquer exploração e utilização dos recursos naturais por parte de Marrocos no Sahara Ocidental mina seriamente os esforços e negociações com vista a uma solução pacífica, que têm ocorrido há mais de quatro décadas.»

Da Alemanha chegou também recentemente uma **notícia** consequente, que confirma outras anteriores: o Banco de Desenvolvimento público *KfW* (*Kreditanstalt für Wiederaufbau*) afirmou que não financiará projectos no Sahara Ocidental e esclareceu que o empréstimo concedido à empresa estatal de fosfatos marroquina (*Marrocos OCP, S.A.*) não pode ser utilizado no território ocupado.

Mais uma vez, a posição foi conhecida através de uma pergunta feita por uma deputada nacional, Eva-Maria Schreiber, ao governo. A carta do Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento, datada de 7 de Maio de 2020, diz: «Os contratos existentes de crédito de desenvolvimento mencionados (...) excluem explicitamente o financiamento de actividades económicas no Sahara Ocidental.»

Sabe-se que várias empresas alemãs, entre as quais a *Siemens* e a *Continental*, estão fortemente envolvidas no esforço de colonização marroquina do Sahara Ocidental. Mas não têm apoio governamental: já em Julho de 2016 o *KfW* tinha escrito ao *Western Sahara Resource Watch*, afirmando: «não financiamos projectos no Sahara Ocidental e não estamos a planear fazê-lo no futuro». O esclarecimento veio na sequência de notícias publicadas na imprensa marroquina no sentido contrário, que o Banco de Desenvolvimento classificou como «enganosas». Em 2017, o Secretário de Estado do Ministério Federal dos Assuntos Económicos e Energia reiterou perante o *Bundestag* que «O governo federal não apoia as actividades económicas das empresas alemãs no Sahara Ocidental e não oferece garantias aos negócios através de créditos à exportação nem de garantias ao investimento.»

No entanto, a mesma Alemanha tem uma posição diferente ao nível europeu. Juntando-se aos outros governos, fez avançar a aprovação dos Acordos de pesca e de comercialização de produtos agrícolas entre Marrocos e a UE enfrentando as decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Nem Marrocos, nem a União Europeia, ou os países que afinam pelo mesmo diapasão, conseguem alterar os princípios do Direito Internacional. Para fazer valer a sua política de “facto consumado” utilizam diversos expedientes e navegam, a maior parte do tempo, em águas duplas: nuns lugares dizem uma coisa, noutros afirmam, ou agem, de acordo com o seu contrário.